



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 108

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE AGOSTO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo.....Deputado Valdir Rossoni
PFL.....Deputado Plauto Miró
PTB.....Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....Deputado Orlando Pessuti
PPB.....Deputado Augustinho Zucchi
PT.....Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....Deputado Edgar Bueno
PL.....Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró - Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE AGOSTO DE 1998
(segunda-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Nelson Garcia.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielese, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/246, 247, 274, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287 e 289/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

099/98: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder imóveis situados nesta Capital, à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - ACNIP e à Associação Beneficente Renascer - ASCER, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.217. **Anote-se - Arquite-se.**

747/97: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Instituto de Estudos e Pesquisas da Excepcionalidade - IEPE, o imóvel que especifica, localizado nesta Capital, no bairro Vila Lindóia, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.218. **Anote-se - Arquite-se.**

209/98: Da Procuradoria-Geral de Justiça, que cria o Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.241. **Anote-se - Arquite-se.**

734/97: Do Poder Executivo, que considera Áreas Especiais de Interesse Turístico e Locais de Interesse Turístico, áreas e localidades situadas nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.243. **Anote-se - Arquite-se.**

440/97: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Xambrê, o lote de terreno que especifica, da planta geral da sede do município, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.244. **Anote-se - Arquite-se.**

105/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a doar à Congregação das Irmãs Filhas da Cruz, o imóvel que especifica, situado na sede do Município de Bocaiúva do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.245. **Anote-se - Arquite-se.**

122/98: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Rondon, com sede e foro no Município de Rondon, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.246. **Anote-se - Arquite-se.**

198/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio aos Portadores de Necessidades Edu-

cativas Especiais do Vale do Ivaí - ASSOVALE, com sede e foro no Município de Ivaiporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.247. **Anote-se - Arquite-se.**

098/98: Do Poder Executivo, que cria o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.248. **Anote-se - Arquite-se.**

100/98: De autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Olympio de Sá Sotto Maior Neto, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.249. **Anote-se - Arquite-se.**

505/97: De autoria do Deputado Nereu Moura, que denomina de "Monsenhor Raymundo", o trecho que liga a Cidade de Sulina à BR-158, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.250. **Anote-se - Arquite-se.**

186/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Diretores de Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual do Pólo Curitiba - ADEJA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.251. **Anote-se - Arquite-se.**

224/98: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Ação Social de Santa Cecília - ASSC, com sede e foro no Município de Campo Largo, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.252. **Anote-se - Arquite-se.**

178/98: Da Procuradoria-Geral de Justiça, que cria 8 (oito) cargos de motorista e 6 (seis) de vigia, no quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.253. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/275/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 158/98, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº CTL/SEEG/276/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 051/98, de autoria do Deputado Miltinho Puppio, por julgá-lo contrário ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº CTL/SEEG/277/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 050/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº 884/98, do Senhor Cícero Silva Júnior - Secretário de Educação a Distância, substituto, comunicando convênio firmado entre o Ministério da Educação e do Desporto, por intermédio da Secretaria de Educação a Distância e a Secretaria de Educação do Paraná, no valor de R\$862.560,00 (oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e sessenta reais), destinado a capacitação de recursos humanos na área de informática na educação, conforme diretrizes do Programa Nacional de Informática na Educação - PROINFO. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 1381/98, do Senhor Aldo de Almeida Júnior - vice-Presidente no exercício do Banco do Estado do Paraná S/A, encaminhando prestação de contas anual do Banco del Paraná S/A, referente ao exercício financeiro de 1997. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 256/98 de sua autoria, que dispõe sobre a incidência de taxa pela prestação de serviços administrativos, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1342

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 287/98, que agrega o imóvel denominado Fazenda Mocambo ao Parque Ecológico de Guaratê, no Município de Tibagi, ampliando a área deste.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1343

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 286/98, que dispõe sobre os créditos tribu-

tários devidos em decorrência da Legislação do IPVA, multas de Trânsito Estaduais e Taxas de estadia de veículos apreendidos nos pátios do DETRAN.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regime Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da Redação Final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Mário Marcondes de Albuquerque ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 82 anos, faleceu nesta Capital, o Dr. Mário Marcondes de Albuquerque, que era engenheiro civil, ferroviário, escritor e autor dos seguintes livros: Socialismo e Democracia Capitalista, Pelos Caminhos do Sul, História e Sociologia do Desenvolvimento Sulino, O Homem entre a Ciência e a Religião, História Elétrica no Brasil, História e Alternativas da Produção, Pelos Caminhos do Norte, Reforma Agrária, Opulência ou Pobreza, Curitiba Que o Meu Tempo Guardou, Modernização da Agricultura no Paraná e Santa Catarina, Contestado: Distorções e Controvérsias, Estado Moderno e Sobrevivência, Camiranga, Genealogia das Famílias Marcondes e Albuquerque, A Conquista do Sul e Manoel Ribas o Mito Que Ficou.

Foi membro dos Institutos Históricos do Paraná, Santa Catarina e Maranhão.

Membro do Centro de Letras, da Academia de Letras José de Alencar e sócio da Academia Rio-grandense de Letras.

Era filho de Moyses Marcondes de Albuquerque e Dona Julieta Negrão Marcondes de Albuquerque.

Deixou viúva Dona Lourdes Bottini de Albuquerque.

O passamento do Dr. Mário Marcondes de Albuquerque veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos, sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Mário Marcondes de Albuquerque.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Mário Marcondes de Albuquerque, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Mário Marcondes de Albuquerque para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade, mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o direito, e a justiça transborda em toda a sua graça. Guardará Seu servo Mário sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que suas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Marcondes de Albuquerque, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na Ata da presente Sessão Plenária, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Olavo de Mello Franco, Prefeito Municipal de Guairacá, no seu terceiro mandato, ocorrida no sábado, dia 01.08.98, vítima de um ataque cardíaco.

O tempo e a distância, jamais apagarão do coração de todos os seus familiares, amigos e companheiros, a lembrança e o carinho daquele que fez da sua vida um exemplo de honestidade, trabalho e dedicação à sua profissão e aos seus semelhantes.

Requer outrossim, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Sessão Plenária, voto de congratulações à Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel, pela realização da FECOM DE INVERNO, realizada no último final de semana naquele Município.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam cientificados os membros da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel, na pessoa do seu Presidente, Senhor Nestor Gedeins Vidal, à Rua Rio de Janeiro, 704, Centro, Cascavel, PR, 85806-030.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) PAULO GORSKI

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a realização de eventos como a FECOM DE INVERNO constitui-se em importante instrumento de divulgação dos municípios.

Nessa Feira foi mostrada a força do comércio lojista do País, que hoje reúne aproximadamente 4 milhões de lojistas e é responsável por 7 milhões de pontos de vendas, os quais geram em torno de 20 milhões de empregos.

Portanto, é mister que tais realizações sejam reconhecidas e aplaudidas por este Parlamento, com vistas até a incentivar outros municípios a sediar eventos dessa natureza e conseqüentemente, firmar seu nome no cenário paranaense e nacional.

Diante destas considerações, conclamo o aval dos nobres Pares a esta proposição.

REQUERIMENTO Nº 1336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor Jonel Chede, alusivos a sua posse no cargo de Presidente da Associação Comercial do Paraná - Gestão 1998/2000.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Rua XV de Novembro, 621, CEP 80020-310, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1349

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata da sessão de hoje votos de congratulações à Polícia Militar do Paraná - representada na pessoa do seu Comandante Geral - Cel. Luiz Fernando de Lara pelo transcurso do seu 144º aniversário dessa gloriosa corporação ocorrido no dia de hoje (10.08.98).

São 144 anos de uma história de civismo, de amor e de dedicação ao nosso povo, ao nosso Estado paranaense.

A criação da Polícia Militar do Paraná quase coincide com a emancipação política do Estado. Ela foi criada em 10 de agosto de 1854, menos de oito meses depois que o Estado (na época ainda província) se libertou de São Paulo. A denominação inicial foi de Companhia da Força Policial da Província do Paraná. Para comandá-la, foi escolhido o Capitão Joaquim José Moreira de Mendonça, Oficial do Exército Brasileiro.

Onze anos depois de sua criação, em 1865, a Companhia da Força Policial integrou com seus homens, o corpo de Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai.

A atuação da campanha foi brava e exemplar em outros momentos difíceis da história do País e do Paraná, como a Revolução federalista, em 1893. A resistência heróica dos homens do Paraná ao Cerco da Lapa, nesse ano resultou na perda de grande parte de seu efetivo, assim como na morte de um dos mais valorosos comandantes que a corporação já teve, o coronel Cândido Dulcídio Pereira.

Outro grande comandante que já passou pela Polícia Militar foi o Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, que também morreu em ação, nos campos do Irani, em 1912, na Guerra do Contestado.

Naqueles tempos de Guerra do Contestado, uma legião de bravos policiais militares pereceu. Os Policiais Militares do Paraná mostraram seus valores e qualidades.

Terminada a fase das lutas fratricidas no Brasil, a Polícia Militar pode passar a se ocupar de maneira mais efetiva na sua missão de mantenedora da ordem pública, levando segurança e tranquilidade às regiões mais inóspitas, participando de maneira ativa na consolidação política do Estado.

Hoje a Polícia Militar do Paraná abandonou o campo de batalha e os afazeres bélicos que a época exigia. Os tempos são outros. Junto do desenvolvimento do estado crescem as responsabilidades da corporação.

Foi a Constituição Federal promulgada no ano de 1946, após a derrubada do Governo de Getúlio Vargas, que a corporação entrou de fato em sua fase contemporânea.

Foram vários os fatores que fizeram com que a Polícia Militar do Paraná se tornasse uma organização moderna e sempre sedenta de aperfeiçoamento técnico. A diversificação das idéias e a liberdade dos legisladores no estudo dos problemas do estado brasileiro; a evolução e o progresso das questões de segurança entre outros.

Como instituição intimamente ligada à necessidade da população paranaense, a corporação ampliou em muito os seus efetivos, remodelou sua estrutura orgânica, passando a contar com unidades especializadas, como a Polícia de Trânsito, Florestal e Rodoviária. Também adaptou seu uniforme e seu equipamento, assim como seu armamento e seus meios de transporte e comunicação.

Tudo isso foi feito para que a PMPR dinamizasse todos os seus setores de atividades, de modo a se projetar à comunidade civil para exercer a atividade a que é destinada.

Assim é a Polícia Militar que o Paraná de hoje se acostumou a conviver. Sempre atuante e pronta para acionar o policiamento ostensivo normal, seja rural e urbano, e sempre pronta também para reprimir qualquer subversão da ordem ou ameaça disso, presente e atuante para defender o povo paranaense em todas as situações. Fator preponderante para isso é a disciplina forte e consciente, cuja constante prática forma um poderoso elo de coesão a impulsionar a Polícia Militar do Estado do Paraná para acompanhar e auxiliar o progresso e o fortalecimento do Estado.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao Cel. Luiz Fernando de Lara - Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná - Rua Marechal Floriano, 1401 - Rebouças - CEP 80230-110.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 1346

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Artagão de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, solicitando Auditoria Administrativo-Financeira, no 14º Distrito Rodoviário do Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná (DER), para entre outros, auditar o uso de diárias, do telefone, etc.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

1 - Chegou ao conhecimento deste Deputado que estão sendo expedidas Ordens de Serviços em favor do engenheiro civil - chefe do 14º DER, Doutor Robison Fernando L. R. Dornelles;

2 - Que as referidas Ordens de Serviços, trazem verbas destinadas a viagens de Paranavaí-PR à Cascavel-PR, sob a alegação de que o engenheiro (Doutor Robison) está a serviço do 14º DER. Existem também diárias para Curitiba, como nos dias 25 e 26 de julho de 1998, sem especificar a atividade que teria no final de semana.

2.1 - O Distrito de Paranavaí não tem nenhum vínculo de caráter administrativo com a Regional de Cascavel.

3 - Tais Ordens de Serviços destinadas às viagens acima descritas, são totalmente estranhas, vez que, a maioria delas são expedidas nas sextas-feiras (fins de semana);

4 - Mora o engenheiro Robison numa casa do DER, e usa um ramal do telefone do DER para resolver seus problemas e muitos desses telefonemas é a noite. Quem paga a conta é o erário público.

REQUERIMENTO Nº 1350

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais (art. 129 e seguintes do Regimento Interno), REQUER à Mesa, após oitiva do duto e soberano Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, onde visamos a exclusão do Município de Santa Isabel do Ivaí da Portaria Ministerial nº 08 de 12 de janeiro de 1972, que se refere a comercialização de frutas cítricas "in natura", para consumo ou fins industriais, conforme já ocorreu em outros municípios do Estado do Paraná, após a avaliação da Comissão Executiva Estadual da CANECC.

Este requerimento justifica-se na alteração do quadro conjuntural das fitopatologias cítricas, naquele município, que tenho a honra de representar.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Ministério da Agricultura, por sua Secretaria de Defesa Agropecuária, e através da Portaria Ministerial nº 08 de 12 de janeiro de 1972, que se refere a comercialização de frutas cítricas "in natura", para consumo ou fins industriais, estabeleceu barreiras físicas de controle do cancro cítrico, que executivamente tem como órgão competente de fiscalização, as Secretarias Estaduais de Agricultura e Abastecimento.

O Estado do Paraná através da Comissão Executiva Estadual da CANECC, tem entre outras competências, a avaliação da aplicabilidade dos métodos objetivos que se aplicam ao controle daquela fitopatia.

O Município de Santa Isabel do Ivaí, incluído nos procedimentos daquela portaria ministerial,

obteve importante avanço no controle de suas fitopatologias, que justificam a sua exclusão daquelas normas, como já ocorreu com outros municípios do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1347

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informações, ao Exmo. Sr. Reinhold Stephanes Junior, Secretário de Estado da Administração, solicitando cópia de inteiro teor da auditoria realizada no Instituto de Previdência do Estado (IPE) conforme matéria publicada na Folha do Paraná do dia 29.07.98.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1348

Senhor Presidente.

Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de Pedido de informações ao Exmo. Senhor Eduardo Virmond, Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, fazendo os questionamentos abaixo expostos:

01 - Qual a tiragem diária dos Jornais Diário Oficial, Diário Oficial do Município de Curitiba de Curitiba e Diário da Justiça?

02 - Quantos Jornais são entregues em Órgãos Públicos sem postagem?

03 - Qual o número de jornais especificados separadamente conforme descrito acima, são postados na agência franquiada pelo Serviço de Correios e Telégrafos de Curitiba, situada à Rua Itupava, 60?

04 - A quanto tempo este procedimento é usado junto a citada franquia?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Deputado, no exercício do mandato, submete-se ao que dispõe os procedimentos e medidas disciplinares constantes das Constituições Federal e Estadual, ao regimento interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e ao que estabelece esse Código de Ética e decoro parlamentar.

Capítulo I DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DO DEPUTADO

Art. 2º - São deveres fundamentais do Deputado:

- I - defender os interesses populares;
- II - respeitar e promover a defesa da coisa pública;
- III - zelar pelo aprimoramento das instituições democráticas e representativas;
- IV - garantir as prerrogativas do Poder Legislativo;
- V - fazer-se presente na Assembléia Legislativa durante as sessões legislativas e extraordinárias e participar das sessões plenárias e das reuniões das Comissões Técnicas em que for membro.

Capítulo II DOS ATOS CONTRÁRIOS À ÉTICA E AO DECORO

Art. 3º - É expressamente vedado ao Deputado:

- I - desde a expedição do diploma:
 - a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes;
 - b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive, nos de que seja demissível "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;
- II desde a posse:
 - a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer qualquer função remunerada;
 - b) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";
 - c) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Capítulo III DOS ATOS CONTRÁRIOS À ÉTICA E AO DECORO

Art. 4º - É vedado ao Deputado praticar abuso de poder econômico no processo eleitoral.

Art. 5º - Considera-se incompatível com a ética e o decoro parlamentar:

- I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos Deputados Estaduais;

II - a percepção de vantagens indevidas tais como: doações, benefícios, ou cortesia de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes;

Parágrafo único - Incluem-se entre as irregularidades graves, para os fins deste artigo:

I - a atribuição e destinação de dotação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra rubrica, a entidades, instituições, ou pessoa jurídica que aplique os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente às suas finalidades estatutárias;

II - a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou característica da empresa beneficiada ou contratada, possam resultar em aplicação indevida dos recursos públicos.

Capítulo IV

DAS DECLARAÇÕES PÚBLICAS OBRIGATÓRIAS

Art. 6º - O Deputado apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar as seguintes Declarações obrigatórias, periódicas, para fins de ampla divulgação e publicidade:

I - ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano de legislatura:

- a) declaração de bens;
- b) declaração de suas fontes de renda;
- c) declaração dos valores passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade de seu cônjuge ou companheira ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas, de valor igual ou superior a sua remuneração mensal como Deputado;

II - até o trigésimo dia seguinte ao do encerramento do prazo para entrega da Declaração do Imposto de Renda de Pessoas Físicas:

- a) cópia da Declaração do Imposto de Renda do Deputado;
- b) cópia da Declaração do Imposto de Renda, se em separado, do seu cônjuge ou companheira.

III - ao assumir o mandato e ao ser indicado membro de Comissão Permanente ou Temporária da Casa:

- a) declaração das Atividades Econômicas Profissionais;
- b) declaração de participação em entidades sociais ou de classes, atuais e anteriores, ainda que delas se encontre transitoriamente afastado;

IV - declaração contendo a respectiva remuneração ou rendimentos das atividades e participação expressas no inciso I e II deste artigo, inclusive sobre quaisquer pagamentos que continuem a ser efetuados por antigo empregador;

V - durante o exercício do mandato, em Comissão ou em Plenário, ao se iniciar a apreciação da matéria que envolva seus interesses patrimoniais ou de empresa em que participe, obrigatoriamente o Deputado deverá dar-se por impedido, ou justificar por quais razões, ao seu arbítrio, entenda como legítima a sua participação nas discussões e votação.

§ 1º - É da competência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar diligenciar para publicação e divulgação das Declarações referidas neste artigo, nos seguintes veículos:

I - no Diário Oficial do Estado onde será feita sua publicação integral;

II - no Diário Oficial da Assembleia Legislativa o resumo da publicação feita no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior qualquer cidadão poderá solicitar, mediante requerimento dirigido à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, quaisquer informações contidas nas declarações prestadas pelos Deputados.

Capítulo V

DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

Art. 7º - As medidas disciplinares resumem-se em:

- I - advertência;
- II - censura;
- III - suspensão temporária do exercício do mandato;
- IV - perda do mandato;

§ 1º - A advertência é medida disciplinar de competência do Presidente da Assembleia Legislativa, ou do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, no âmbito desta.

§ 2º - A censura será verbal ou escrita:

I - a censura verbal será aplicada pelo Presidente da Assembleia Legislativa, ou do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ou de Comissão, no âmbito desta, quando não couber penalidade mais grave ao Deputado que:

- a) deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos do Regimento Interno;
- b) praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da Casa;
- c) perturbar a ordem das Sessões Plenárias, das Reuniões da Mesa ou das Comissões;

II - a censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa Diretora, se outra cominação mais grave não couber ao Deputado que:

- a) usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;
- b) praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, nas dependências da Casa, ou desaca-

tar, por atos ou palavras, outros Parlamentares, Mesa ou Comissão.

§ 3º - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, o Deputado que:

I - reincidir nas hipóteses do parágrafo anterior;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno ou deste Código, especialmente quanto à observância do disposto no artigo 6º;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembléia ou Comissão tenha deliberado que devam ficar secretos;

IV - faltar, sem motivo justificado, a dez sessões ordinárias consecutivas ou a quarenta e cinco intercaladas, dentro da sessão legislativa ordinária ou extraordinária.

§ 4º - Serão punidos com perda de mandato os Deputados que cometerem:

I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referida no art. 3º deste Código;

II - a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos artigos 4º e 5º deste Código.

Capítulo VI

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 8º - As penalidades de que trata o artigo 7º deste Código, serão decididas pelo Plenário da Assembléia Legislativa, em escrutínio secreto e por maioria simples, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Líder de Bancada com assento na Assembléia ou Partido Político, na forma prevista nos artigos 10 e 11 deste Código.

Art. 9º - A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de Líder de Bancada com assento na Assembléia Legislativa, e de Partido Político.

Art. 10 - Oferecida representação contra Deputado, por fato sujeito à pena de perda de mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Assembléia, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ressalvadas as hipóteses do artigo 13, quando o processo tem origem no Conselho.

Art. 11 - Recebida a representação ou denúncia, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará 3 (três) membros titulares do mesmo, para compor Comissão de Inquérito, sob a presidência de um deles, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - constituída a Comissão referida no inciso anterior, o Presidente designará como Secretário um servidor do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, mandando representação formulada, em caráter de denúncia, contra sua pessoa, concedendo-se-lhe o prazo improrrogável de 5 (cinco) sessões ordinárias para apresentar defesa escrita e provas a produzir;

III - esgotado o prazo sem apresentação da defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-se-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias. Findas as quais, proferirá parecer conclusivo no prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias da Assembléia, salvo na hipótese do art. 15, concluindo pela procedência de representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o Projeto de Resolução apropriado para declarar suspenso temporariamente o exercício do mandato ou em definitivo a sua perda.

V - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis para exame dos aspectos constitucionais, legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias da Assembléia.

VI - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, encaminhar-se-á processo à Mesa Diretora e, uma vez lido no expediente, será o mesmo publicado no Diário da Assembléia e distribuído em avulso para inclusão na Ordem do Dia.

Art. 12 - É facultado ao Deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa e, a este, assegurado atuar em todas as fases do processo.

Art. 13 - Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer Deputado, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas a atitudes de qualquer Deputado, omissivas ou comissivas, que tipifiquem, nos termos deste Código, comportamento contrário à ética e ao decoro parlamentar.

§ 1º - Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º - Recebida a denúncia, o Conselho promoverá a apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvindo o denunciado e providenciando as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Considerada procedente a denúncia, por fato sujeito a medidas previstas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 7º deste Código, o Conselho procederá na forma de art. 11.

§ 4º - Poderá o Conselho, independente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuídos a Deputado.

Art. 14 - Quando um Deputado for acusado por outro, no curso de uma discussão ou em qualquer circunstância, de ato que ofenda sua honrabilidade, pode pedir ao Presidente da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ou de Comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao agressor.

Art. 15 - As apurações de fatos e responsabilidades previstas neste Código poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa Diretora da Assembléia, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 16 - O processo disciplinar regulamentado neste Código não será interrompido pela renúncia do Deputado ao seu mandato, nem serão pela mesma elididas as sanções eventualmente aplicáveis ou seus efeitos.

Art. 17 - Quando, em razão das matérias reguladas neste Código, forem injustamente atingidas a honra e a imagem da Casa, de algum dos seus órgãos ou qualquer de seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar à Mesa que determine a intervenção da Procuradoria, nos termos do Regimento Interno da Casa.

Art. 18 - Quando o resultado das investigações da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar apresentarem indícios suficientes de autoria e prova razoável da materialidade de crimes previstos pelo Código Penal, o Presidente da Comissão remeterá os autos para o Ministério Público, solicitando que este tome as medidas judiciais cabíveis, sem prejuízo das previstas neste Código.

CAPÍTULO VII

Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Art. 19 - Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Código e do Regimento Interno da Casa, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar e, especialmente, da soberania da vontade popular, expressa no voto, e do fortalecimento do Poder Legislativo.

Art. 20 - O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por 1/5 (um quinto) dos Membros da Assembléia Legislativa, de membros titulares e igual número de suplentes, indicados para o mandato de 2 (dois) anos, observados, quanto possível, o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre partidos políticos ou blocos parlamentares.

§ 1º - Os Líderes Partidários indicarão à Mesa Diretora os nomes dos Deputados para integrarem o Conselho, na medida das vagas que couberem ao respectivo Partido.

§ 2º - As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas de Declarações atualizadas de cada Deputado indicado, onde constarão as informações referentes ao seus bens, fontes de renda, atividades econômicas, profissionais, sociais ou classistas, nos termos dos incisos I, II, e III do artigo 6º deste Código.

§ 3º - Acompanharão, ainda, cada indicação, uma Declaração do Presidente da Mesa Diretora, certificando a inexistência de quaisquer registros nos arquivos e anais da Assembléia, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos parágrafos 1º ao 4º do artigo 7º deste Código, independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º - Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro e março da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislaturas, a eleição dos membros do Conselho, observadas, no que couber, as normas contidas no art. 8º do Regimento Interno.

Art. 21 - Enquanto não for aprovado reglamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito à eleição de seu Presidente e designação de Relatores.

§ 1º - Os membros do Conselho estarão sujeitos, sob a pena de imediato desligamento e substituição, a observação a discricção e o sigilo, inerentes à natureza de sua função.

§ 2º - Será automaticamente desligado do Conselho o membro que não comparecer, sem justi-

ficativa, a 3 (três) reuniões consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 6 (seis) reuniões durante a sessão legislativa.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 22 - O Orçamento Anual da Assembléia Legislativa consignará dotação específica, com recursos necessários à publicação das Declarações obrigatórias previstas no art. 6º deste Código.

Art. 23 - Aplicam-se, com as necessárias adaptações, aos mandatos em curso, as disposições dos incisos I, II e III, do artigo 6º e do § 4º, do artigo 19, não sendo aplicáveis aos mesmos as regras estabelecidas nos incisos I e II do artigo 4º, deste Código.

Art. 24 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25 - Ficam revogadas demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.98

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa instituir o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Estado do Paraná.

O objetivo desta proposição é oferecer à Assembléia Legislativa do Paraná, um instrumento eficaz de zelo e defesa da ética e do decoro parlamentar.

Todos sabemos dos constantes ataques e críticas que parlamentares e o parlamento como um todo vêm sendo alvo em todo o país, e não raro com fundadas acusações. No entanto, certos fatos que não são devidamente apurados acabam por generalizar uma imagem negativa de todo o parlamento, bem como, dos parlamentares, contribuindo para denegrir a imagem desta importante instituição democrática.

O Código de Ética e Decoro Parlamentar pretende ser um instrumento de defesa do parlamento, bem como, dos parlamentares que atuam de forma zelosa segundo os superiores interesses da população, e de acordo com os princípios e regras do Estado democrático de direito.

A proposta de um Código de Ética, objetiva resgatar a credibilidade e respeito dos parlamentares e da instituição frente à população, demonstrando transparência no seu trabalho, investigando com seriedade e responsabilidade as denúncias, assim como, aplicando as punições cabíveis, garantindo sempre direito a ampla defesa.

Entendemos que apenas através de um mecanismo sério, responsável e adequado, que investi-

gue e busque a verdade em relação a toda e qualquer denúncia fundada, se poderá resgatar a credibilidade e o respeito devido ao parlamento e a seus membros. Dessa forma, os eventuais parlamentares negligentes serão identificados e punidos, não recaindo de forma generalizada, irresponsável e inconseqüente sobre o conjunto e sobre a instituição como por vezes tem ocorrido.

Face ao exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta colenda Casa, para que possamos criar este importante instrumento que dignificará e elevará a imagem do parlamento e de seus membros.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 304/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica determinado que na ocorrência de desmembramento de municípios, os serviços municipais de transporte coletivo de passageiros que estavam em operação entre o município-mãe e o município recém-criado, deverão ser regularizados como serviços de transporte intermunicipais de passageiros.

Parágrafo Único - Para a regularização de que trata este artigo, os serviços serão outorgados, mediante autorização, pelo órgão competente do Poder Executivo Estadual.

Art. 2º - A autorização para a execução dos serviços objeto desta lei, deverá satisfazer as condições mínimas a serem exigidas pelo órgão competente do Poder Executivo Estadual, de acordo com a tarifa praticada pelo Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, ficando, inclusive, sujeita às penalidades previstas na Regulamentação em vigor que rege a matéria.

Parágrafo Único - Após um período de 02 (anos) de execução desses serviços sob a forma de autorização, e comprovada a capacidade técnico-operacional da empresa, será celebrado o contrato de concessão pelo órgão competente do Poder Executivo Estadual.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Luiz Carlos Zuk

JUSTIFICATIVA:

A motivação da apresentação do presente projeto de lei é de regulamentar como serviço de trans-

porte coletivo intermunicipais em municípios recém criados as linhas entre o município mãe e o município desmembrado e corrigir um grave problema quando parte da população fica sem serviço de transporte coletivo, pois esses serviços deixam de ser municipais, ocasionando um impasse com a legislação vigente.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 305/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para Prevenção e Combate à Violência nas Escolas da rede pública de ensino no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Será priorizada a implantação nas escolas que sofram os maiores índices de violência.

Art. 2º - São objetivos do Programa:

I - formar Grupos de Trabalho vinculados aos Conselhos de Escola para atuar na prevenção da violência nas escolas, analisar suas causas e apontar possíveis soluções;

II - desenvolver ações educativas e de valorização da vida, dirigidas às crianças, adolescentes e à comunidade;

III - implementar ações voltadas ao combate à violência na escola com vista a garantir o exercício pleno da cidadania e o reconhecimento dos direitos humanos;

IV - desenvolver ações que fortaleçam o vínculo entre a comunidade e a escola;

V - garantir a formação de todos os integrantes do Grupo de Trabalho aí incluídos ao corpo docente, os servidores operacionais da rede de ensino, bem como dos membros da comunidade para prepará-los para a prevenção da violência na escola.

Parágrafo Único - Os Grupos de Trabalho, tratados no inciso I deste artigo, serão compostos por professores, funcionários, especialistas da área de educação, pais, alunos e representantes da comunidade ligados a cada escola.

Art. 3º - As ações do Programa serão desenvolvidas através do Núcleo Central, Núcleos Regionais e Grupos de Trabalho, conforme previstos na presente lei.

Art. 4º - O Núcleo Central, ligado à Secretaria de Educação traçará as diretrizes, dará suporte ao desenvolvimento do Programa e terá composição

inter-secretarial e multiprofissional, com participação de:

- I - técnicos das Secretarias Estaduais:
 - a) da Educação;
 - b) da Saúde;
 - c) da Criança e Assuntos da Família;
 - d) da Justiça e da Cidadania;
 - e) da Segurança Pública;

II - técnicos de entidades não governamentais que possam contribuir nas áreas da psicologia, das ciências sociais e jurídicas, abrangidas pelo programa.

Parágrafo Único - O Núcleo Central garantirá a realização de estudos e a divulgação do material produzido nas unidades escolares.

Art. 5º - Núcleos Regionais de Prevenção e Combate à Violência nas Escolas ligados aos Núcleos Regionais de Educação, estabelecerão conexão entre o Núcleo Central e os Grupos de Trabalho e darão retaguarda às ações de intervenção, terão a seguinte composição intersecretarial, multiprofissional, e de participação comunitária:

I - técnicos das seguintes Secretarias de Estado e dos Municípios:

- a) da Educação;
- b) da Saúde;
- c) Secretaria da Criança, e Assuntos da Família e das Secretarias Municipais da Promoção Social;
- d) da Justiça e da Cidadania e das Secretarias Municipais de Assuntos Jurídicos;
- e) da Secretaria da Segurança Pública.

II - representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- a) estudantis;
- b) Conselhos de Escola;
- c) Associação de Pais e Mestres;
- d) Conselhos Municipais de Educação;
- e) Conselhos Municipais de Saúde;
- f) Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- g) Conselhos Tutelares;
- h) Promotorias da Infância e da Juventude;
- i) Associações de Bairros;
- j) Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil;

K) Pastoris e entidades religiosas;

- l) Universidades;
- m) Sindicato e entidades de classe;
- n) demais representantes da sociedade civil e de entidades públicas ou privadas, que possam contribuir para os aspectos psicológicos, sociais e jurídicos contidos no programa.

Art. 6º - Os Grupos de Trabalho, compostos na forma do parágrafo único do art. 2º, atuarão nas

unidades escolares e contarão com a retaguarda do núcleo regional e com suporte do núcleo central.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá estabelecer parcerias com entidades governamentais ou não, obedecidos os requisitos legais, que possam subsidiar o trabalho dos Grupos de Trabalho nas escolas.

Art. 8º - O programa poderá ser estendido às escolas particulares que se vincularem ao Programa e que constituírem Grupos de Trabalho na forma desta lei.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias, contados de sua publicação.

Art. 10º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela, objetiva enfrentar o problema da violência nas escolas, que cada vez mais assume proporções assustadoras.

Constantemente, as Escolas e os alunos são vítimas de vários tipos de violência, como depredações, furtos de merendas e equipamentos, agressões a usuários e funcionários, ameaças, consumo e tráfico de drogas, invasões dos prédios para lazer ou prática de atos infracionais.

Os acusados dos atos de agressão à Escola são, via de regra, jovens ex-alunos, moradores do bairro, portanto, membros da comunidade. Muitos jovens, da condição de ex-alunos, passam a ser considerados pela Escola como "delinqüentes" ou "elementos suspeitos".

As drogas, lícitas ou não, também chegam à Escola. O uso do álcool é cada vez mais freqüente entre os jovens. Além deste, o uso de outras drogas está assustando muito a comunidade, e a Escola não sabe lidar com as conseqüências do seu uso. Algumas delas, como desinteresse e absenteísmo, levam o aluno ao abandono dos estudos e ajudam a elevar os números de evasão escolar e repetência.

Todavia, os educadores não foram preparados para orientar ou encaminhar estes jovens para atendimento extra-escolar e tampouco contam com estrutura que dê conta dessa demanda.

É a preocupação com o problema da violência, que nos tem motivado a proposição de um Programa de Combate à Violência na Escola, a partir de um enfoque multidisciplinar e de participação

comunitária. Tal proposta nos parece ser o melhor caminho para enfrentar o problema da violência nas escolas, e entidades da sociedade civil ligadas à área, para numa ação conjunta atacar com eficácia o problema, adotando medidas de caráter duradouro e que vá à raiz da questão.

Face ao exposto, contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa, para que com aprovação da presente proposição, Estado, Escola, Poder Público e sociedade civil, possam juntos desenvolver ações que reintegrem os excluídos à comunidade, valorizem a vida, previnam e combatam a violência nas nossas Escolas.

PROJETO DE LEI Nº 307/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Tamboara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tamboara, vem prestando relevantes serviços à comunidade, visando à proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades das crianças e da gestante.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 308/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Mirim Ribeirão-Clarense com sede e foro no Município de Ribeirão Claro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.98

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição é feita de conformidade com o disposto na Lei nº 6.994, tendo em vista

que a Associação Mirim Ribeirão-Clarense, de Ribeirão Claro, cumpre os requisitos contidos no art. 1º do referido diploma legal.

Associação Mirim Ribeirão-Clarense, foi fundada em 9 de junho de 1997, na cidade de Ribeirão Claro, tendo por objetivo amparar, educar e encaminhar profissionalmente, os adolescentes na faixa etária de 14 a 17 anos, incentivando por todos os meios possíveis a participação de seus associados no desenvolvimento cívico, moral e social.

A Associação Mirim Ribeirão-Clarense, está devidamente registrada no Tabelionato de Notas de Ribeirão Claro, tem sede na cidade de Ribeirão Claro e encontra-se cadastrada no CGC/MF sob nº 2.309.884/0001-96.

Foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 083/98, de 11.03.98.

Do exposto, e tendo em vista que sua diretoria não possui nenhuma forma de benefício ou remuneração, bem como seus associados, estando desenvolvendo suas atividades na maneira determinada em seus estatutos, esperamos a aprovação do soberano Plenário desta Casa, da Declaração de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 309/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Escola Profissionalizante Arcanjo Miguel e Agro Vila Arcanjo Rafael, entidades filantrópicas com sede e foro em Santo Antônio do Sudoeste-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 21 de janeiro de 1993, as entidades acima mencionadas vem prestando serviços à comunidade, conforme se pode observar pelas documentos inclusos a este projeto, preenche todos os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública estadual, razão porque contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Projetos de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, na forma do artigo 25, § 3º da Constituição Federal e Art. 21, da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Apucarana, Califórnia, Jandaia do Sul, Mauá da Serra, Marilândia do Sul, Marumbi, Novo Itacolomi, Rio Bom e Sabáudia.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Apucarana, terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeado pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista triplíce feita pelo Prefeito de Apucarana e outros mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada Município integrante da Região Metropolitana e de 33 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º - Incumbe ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a Programação dos serviços comuns;

II - Coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns;

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - Opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II - Sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região;

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Art. 6º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios de Apucarana, Arapongas, Bom Sucesso, Cambira, Jandaia do Sul, Mauá da Serra, Marilândia do Sul, Marumbi, Novo Itacolomi, Rio Bom e Sabáudia, formam atualmente, uma região de grande desenvolvimento, trazendo junto com a evolução urbana o surgimento de necessidades e problemas comuns.

Com uma população aproximada de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, e o grande desenvolvimento porque vem passando esta região, buscamos através da presente proposta, acharmos soluções para maior integração dos municípios, assegurando o crescimento e organização dos mesmos.

Cabe ainda dizer, que com a atual realidade da redução de despesas nas administrações públicas municipais e a destinação cada vez mais específica de recursos visando beneficiar e atender uma maior parcela das populações locais, devemos ressaltar que a instituição da Região Metropolitana de Apucarana, contribuirá na busca de alternativas que alavancarão definitivamente o progresso dos municípios constantes nesta propositura, através de projetos públicos que visem o interesse comum.

A participação integrada dos Municípios envolvidos e da sociedade organizada é necessária para conseguirmos o esperado crescimento.

Os Municípios constantes neste projeto de lei complementar, possuem uma mesma entidade no desenvolvimento econômico, social, industrial, comercial e outros serviços que ultrapassam as fronteiras, buscando atender os anseios populares de suas comunidades, como transporte, educação, empregos, saneamento básico, moradia, preocupando-se com o crescimento desordenado que pode atingir a região.

A alternativa para um projeto único é a constituição da Região Metropolitana.

Baseado no que permite a Carta Magna, quando delega aos Estados integrantes da Federação, poderes para constituírem em seus territórios Regiões Metropolitanas entre Municípios limítrofes, buscamos junto aos nobres Pares desta Casa de Leis, a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 306/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e do Art. 21, da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Foz do

Iguaçu, constituída pelos Municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Céu Azul, Vera Cruz do Oeste, Santa Helena, Itaipulândia, Ramilândia, Missal, Diamante do Oeste, Sertãoópolis e Matelândia.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Foz do Iguaçu terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um dentre os nomes que figurem em lista triplíce elaborada pelo Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu e outro por indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada Município integrante da Região Metropolitana e três (3) representantes da sociedade civil, escolhidos de comum acordo pelos Municípios.

§ 3º - O Presidente do Conselho Deliberativo presidirá o Conselho Consultivo.

§ 4º - Incumbe ao Estado, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção dos órgãos criados neste artigo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da região Metropolitana, objetivando, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns;

Art. 5º - Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos Municípios que integram a Região:

a) - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

b) - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;

c) - uso do solo metropolitano;

d) - transporte e sistema viário;

e) - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.98.

(a) SÉRGIO SPADA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Com a palavra o Ilustre Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de iniciar, saudar o novo Deputado Paulo Gorski, seja bem-vindo entre nós, mais um ilustre representante do Oeste do Paraná nesta Casa.

Subo à Tribuna, Sr. Presidente, para colocar a par de um problema que está acontecendo com relação ao Parque Iguaçu. Todos sabem que o Parque Nacional do Iguaçu, nós temos dado um apoio significativo ao processo de reabertura da Estrada de Colono, e nós trouxemos à cena a discussão ecológica, a alternativa da estrada ser aberta de tal forma que não trouxesse prejuízo significativo à natureza: estudos com os grandes felinos que não são atingidos, porque os automóveis só passam durante o dia pela estrada, velocidade 40 Km por hora, coleta de lixo, fiscalização feita tudo por um movimento popular chamado amigos do parque. Enquanto a estrada estava legalmente aberta por uma liminar da quarta região do TRF de Porto Alegre foi feito uma roçada, foi reaberta a estrada. Agora, surpreendentemente depois da denúncia que os amigos do parque, que a EPOPEC, fez do abandono do parque Nacional do Iguaçu, da necessidade de se fazer um programa de proteção do entorno do parque, fazendo uma zona de transição, chamada zona 11, que é uma determinação do CONAMA, e que o IBAMA não tomava parte disso, que os ecologistas não brigavam por isso, nós assumimos essa bandeira: fazer agricultura orgânica e fazer programas de proteção ao veneno, ao agrotóxico que vai para o rio, recomposição das matas ciliares, educação ambiental, abordagem de quem transita pela estrada do colono denunciando o uso de várias ilhas que compõem a parte do parque arrendada pelos, supostamente pelos diretores do parque; agora nós vemos a depredação do Parque Nacional, patrocinado por uma empresa contratada pelo IBAMA. O IBAMA para dar uma resposta, mínima que fosse, começou a fazer uma cerca, e não usou as linhas da antiga cerca, avançou propriedades de agricultores que mantinham árvores como cedro rosa, árvore em extinção, proibido o seu corte em áreas públicas ou privadas pela legislação florestal. O IBAMA autorizou a empresa a cortar esse tipo de árvore. Estou entregando alguns dossiês para os Deputados aonde mostra a denúncia que estamos promovendo junto ao Ministério Público e também fotografias e

reportagens de jornais mostrando a tragédia com que se trata o Parque Nacional do Iguaçu. Queremos atenção ao Parque, o Parque tem uma presença importante por ser uma floresta tropical de característica que não são similares aos estados brasileiros. Existe uma consciência dos agricultores para a preservação deste parque. Eles não adentram no parque, havendo ou não cerca. Os animais como onça, porcos-do-mato saem do parque para comer o milho e, às vezes, para matar os bezerros e não há a atenção do IBAMA para desenvolver nenhum programa. Às duras penas as prefeituras estão fazendo algum pequeno programa. Esses agricultores deixaram o cedro-rosa, a cana-fistola e a peroba que estão nascendo nas suas propriedades. O IBAMA foi construir a cerca, cortou e sangrou a mata, Lá está o sangue da mata. Não foi a reabertura da Estrada do Colono. O IBAMA nos processou por pelo menos cinco vezes: agricultores, Deputados e, agora, nós estamos processando o IBAMA.

Está comprovado que quem protege o parque são os agricultores lindeiros e o IBAMA vem serrando com moto-serra árvores de até 60 cms de diâmetro. A árvore caía, Pessuti, dentro da propriedade, nos trigais. E os funcionários provocaram os agricultores para levar a madeira embora. E eles já estavam caindo no "conto", porque seria presa a madeira na casa do camarada. Isto é crime.

Pelo levantamento que nós fizemos o IBAMA e a empresa contratada por ele não se entendem: a direção do parque com o IBAMA Estadual e o IBAMA Estadual com o IBAMA a nível Federal. É uma confusão danada. Eles não tomam conta do parque. Pelo menos seis crimes contra o direito de fusos, propriedade privada, crimes ambientais e florestais etc.

Nós estamos aqui denunciando isso: falando da forma trágica como o IBAMA conversa com a população: da forma positiva como a população tem se relacionado com o parque. E não será uma cerca que irá evitar a depredação ou que irá ajudar a proteção do parque. Precisamos de um programa que insira a população em torno de um parque num projeto global, que amplie a preservação do parque: município, estado e governo federal. E a Estrada do Colono é apenas uma moeda de troca, que pode ser dada devido ao elevado nível de consciência adotada por aquela população, porque trata a questão da estrada do colono de uma forma saudosista e também tem um reflexo muito mais social do que propriamente econômico.

A população quer esta estrada e em troca oferece toda uma vontade de fazer a preservação do parque.

A denúncia está sendo constatada pelos humildes colonos, que trazem esta denúncia, que

foram lá e fiscalizaram e têm a consciência suficiente de saber que o cedro-rosa está em extinção que apesar de estar em suas propriedades, eles nunca ousaram pedir autorização para derrubada, para fazer tábuas. E denunciaram a hora que a empresa contratada pelo IBAMA foi lá desmatar o Parque Nacional do Iguaçu. Isso é consciência ecológica! Isso é preservação do Parque Nacional do Iguaçu! Viva os amigos do Parque Nacional do Iguaçu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Encerrado o Grande Expediente.

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Carlos Romanelli, do PMDB.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiramente quero saudar os Srs. Parlamentares que comparecem nesta tarde para cumprir de forma plena o exercício do seu mandato, que são merecedores da nossa admiração por estarem aqui e obviamente da confiança do povo por estarem aqui exercendo a sua função.

Quero aproveitar esse momento que estamos vivendo que é início da campanha eleitoral e registrar aqui, desta tribuna uma impressão que tenho colhido nas minhas andanças por este Paraná. Não só eu mas os meus colegas, Deputados da Bancada do PMDB, Deputado Toti Colaço, Deputado Pessuti, Nereu Moura, Renato Adur, Caíto Quintana, o Paulo Gorski, nosso novo Deputado que aqui está, nesta Casa, com muita alegria e satisfação para todos nós do PMDB, como diretor do DER, que foi, extremamente capacitado.

Mas quero registrar, aqui desta tribuna, a satisfação que a coligação composta pelo PMDB, PDT, PT e tantos outros partidos que compõem conosco, são dez partidos ao todo que compõem a coligação "É mais Paraná". Registrar a alegria, que sentimento fantástico é este de poder, depois de 4 anos que perdemos uma eleição, mas que satisfação é você poder ir ao município, conversar com a população do Paraná e ser recebido como temos sido recebidos, como tem sido recebido o nosso futuro governador, Senador Roberto Requião. Tem sido extraordinariamente boa esta campanha, uma campanha que tenho certeza vai ser uma campanha limpa. Espero que não bata o desespero, no governo, porque já há sintomas disso. No último sábado o Governo conseguiu bloquear a divulgação de uma pesquisa, da Canadá Pesquisa, de Londrina, que já mostrava o Roberto Requião meio ponto na frente, em Londrina, do Sr. Jaime Lerner. Conseguiram bloquear, o jornal de Londrina não publicou a pesquisa, impediram de publicar na Folha do

Paraná e também na Gazeta do Povo, porque ela não tinha convênio com a Canadá Pesquisa. Para nós foi uma pena isso. Também tenho conhecimento que a Alvorada Pesquisa entregou a pesquisa lá no famoso QG da Anita Garibaldi, para o Sr. Gerson Guelmann. E nesta pesquisa já está demonstrado que o atual governador está dois pontos percentuais atrás do futuro Governador, Roberto Requião. Por isso, Sr. Presidente, temos confiança que vai ser com muito trabalho, com muita luta, lutando contra aqueles que usam o poder econômico para massacrar os seus adversários. Das promessas que estão sendo feitas, iludindo prefeitos que muito generosamente assinam convênio, na expectativa de ser alguma coisa para seus municípios, mas que, infelizmente ficam frustrados pela ausência de recursos efetivos para seus municípios.

Concedo o aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Romanelli, Vossa Excelência relata da tribuna deste parlamento, constata aquilo que constatamos diariamente lá no interior do Paraná. O total envolvimento da população do Paraná, de todos os segmentos da sociedade, o agricultor, o empresário, o funcionalismo público, a juventude, na campanha que visa colocar novamente o Senador Requião no Palácio Iguaçu.

É uma campanha memorável, Deputado Romanelli, igual aquele que vivemos em 1982 quando colocamos o Senador José Richa no Palácio Iguaçu. Concordo plenamente com V. Exa. e também estou vivendo, na carne, esse positivismo dessa campanha, contra tudo, contra o poder econômico, contra as promessas do Governo de liberação de convênios que até agora não se verificaram, contra o uso da máquina administrativa.

Podemos observar, lá no interior, onde atuamos, que hoje a eleição daria tranquilamente dois por um para o nosso candidato. E há, na verdade a manifestação entusiasmada da população. Por isso que estou convicto que a partir do dia 1º de janeiro o Paraná estará no rumo certo, na condução firme, serena, séria do Senador Roberto Requião, que, sem sombra de dúvida, será eleito governador no dia 4 de outubro.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Agradeço seu aparte, Deputado Nereu Moura, até porque tenho visto as pesquisas e sei que V. Exa. será um dos Deputados mais votados do nosso partido, pelo menos prêmio pelo seu trabalho, pela sua firmeza, pela sua coerência aqui nesta Casa.

Mas tenho certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que faremos uma campanha quando tivermos acesso ao rádio e a televisão, de forma

absolutamente transparente, sem nenhuma manipulação, como tem sido feito muitas vezes em nosso Estado.

O Senador Requião irá à televisão e vai dizer ponto por ponto quais são os nossos problemas e as soluções para os problemas mais graves que o Paraná tem hoje. O primeiro deles, o descaso desse atual governo com a agricultura. A agricultura está falida, o agricultor está sofrido, e infelizmente o nosso interior é difícil esse governo entender que o nosso interior depende substancialmente de um apoio firme que o Governo tem que dar à agricultura.

Temos que retomar um planejamento estratégico para a área da agricultura. A agricultura e a pecuária no Paraná, representam 20% da nossa economia. Mas mais do que representar 20%, representam 55% dos empregos que são gerados no campo e nas pequenas e médias cidades.

A agricultura é muito importante para o Paraná e infelizmente foi deixada de lado, por descaso absoluto. Da mesma forma as pequenas e médias empresas que vêm a única presença visível do governo na sua empresa nesses 3 anos e meio que foi o fiscal da Receita Estadual, cobrando impostos da micro-empresa, sufocando a pequena e média empresa, o empresário paranaense que tanto luta, que tanto gera emprego.

Portanto, excelência, eu não tenho dúvida, no dia 4 de outubro, "não tem para ninguém". Antes de concluir concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Agradeço o aparte que V.Exa. me concede.

V.Exa. sabe que minha base eleitoral é no interior. Tenho ficado muito pouco na capital do Estado. Geralmente viajo na terça-feira. Mas tenho acompanhado os acontecimentos políticos da Capital do Estado através dos jornais. E vejo V.Exa. fazendo um pronunciamento aqui, dizendo que a agricultura está falida.

Com todo o respeito e consideração que tenho por V.Exa., acredito que algo está errado. Ou o seu pronunciamento ou o seu apoio. Porque vejo V.Exa. num determinado momento, dizer que apoio o Presidente Fernando Henrique. E todos nós sabemos que o resultado dos problemas da agricultura têm que ser resolvido pelo Governado Federal.

O Governo do Estado - V.Exa. foi Governo e sabe muito bem - que temos feito todos os esforços possíveis. Prova disso está aí, o Paraná 12 meses dando os primeiros passos, as vilas rurais que nós estamos construindo no Paraná. O Governador do Paraná, ao longo da sua história, sempre fez esse esforço grande para salvar a agricultura e principalmente o pequeno agricultor.

E agora vejo V.Exa. fazendo essa crítica a questão do abandono à pequena agricultura.

Então, não sei se V.Exa. apoia o Presidente Fernando Henrique, ou V.Exa. está fazendo aqui um discurso - não chego a uma conclusão do seu pensamento e do seu posicionamento. Porque sem sombra de dúvida, com o seu apoio ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, naturalmente nós deveríamos nos somar e pedir ao Presidente Fernando Henrique - eu também apoio.

Fernando Henrique, para que ele ajude a salvarmos a pequena agricultura e ao pequeno agricultor do Paraná.

Porque tenho visto, Deputado Romanelli, muitas pessoas para se dizerem de esquerda, se abraçarem com o Lula e dizerem que são favoráveis a Reforma Agrária. Nunca vi esses Governantes fazerem algo em favor da Reforma Agrária, ao contrário do Governador Jaime Lerner, ele praticamente não se abraça com o Lula para dizer que é favorável a Reforma Agrária, ele age. Estamos construindo no Paraná 17 mil casas, 17 mil famílias estão saindo debaixo do barraco de lona para ir para uma casa, recebendo um pedaço de terra para dar dignidade e respeito a sua família.

Então, não estou entendendo o seu posicionamento, com todo o respeito que tenho por V.Exa, mas espero que V.Exa. e acho que V.Exa. sabe muito bem, que devemos pedir socorro sim, ao Governo Federal, porque ao longo da história do Paraná, sempre os Governos Estaduais procuraram dentro do possível, resolver o problema da agricultura do Paraná. Agora quem resolve o problema de preço, de financiamento não é o Governo do Paraná, é sim o Governo Central.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Deputado Rossoni, V.Exa. acho que começou a entrar na questão, no final do seu pronunciamento. Antes foi aparte política sim, contraditar o orador da Tribuna.

O Sr. Valdir Rossoni

Só estou com uma dúvida quanto ao seu posicionamento em relação ao Presidente da República.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

O meu posicionamento é público, favorável a reeleição do Presidente Fernando Henrique. O que V.Exa. talvez não tenha compreendido bem. Em primeiro lugar é o seguinte: Quem prometeu construir 60 mil casas em vilas rurais não fui eu, foi o Governador Jaime Lerner.

O SR. VALDIR ROSSONI

Só gostaria de acrescentar o seguinte: as Vilas Rurais que queríamos construir no Paraná, estavam

baseadas em simples financiamentos internacionais, que foram retidos no Senado da República pelo Senador que é candidato do seu partido.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Não é verdade! 60 mil unidades é o que consta no programa do famoso "Paraná Novos Caminhos". Que o Governo até mudou de novo o "slogam", porque obviamente ninguém viu caminho nenhum novo ali. Mas infelizmente, Deputado Valdir Rossoni, o Governo anuncia 17 mil. E 17 mil, me desculpe Vossa Excelência, mas não é verdade também. Vossa Excelência está embrulhando as famílias em projeto. Porque em construção são um pouco mais de 7 mil e poucas unidades. Passa um pouquinho de 10% do que o Governador prometeu no palanque. E política agrícola sim, com Governador de verdade no Palácio Iguaçu, vamos cobrar do Governo Federal. Esperamos e até porque temos conversado com a Coordenação de campanha do Presidente Fernando Henrique. E o Paraná certamente, o Presidente Fernando Henrique já sabe o seguinte: com o Requião Governador, ele vai ter que aumentar o orçamento da União para o Estado do Paraná. Porque não vamos ter alguém que fique de joelhos em frente ao Planalto não, vai ter alguém cobrando política efetiva, tanto industrial, quanto política agrícola no Paraná. E a política agrícola, pequenos passos podem ser dados aqui no nosso Estado, além do financiamento, como tínhamos o "Panela Cheia", que esse Governo teve a capacidade de acabar com o melhor Programa de Financiamento ao pequeno agricultor do nosso Estado.

Efetivamente vamos estudar mecanismos, para reduzir, porque sabemos todos nós o seguinte: o preço do produto agrícola hoje é ditado pelos Mercados Internacionais. Aqui muita gente no "oba-oba", entra até na história, como disse bem o Presidente Deputado Aníbal Khury outro dia do MERCOSUL. O MERCOSUL na verdade, é uma sangria para o Estado do Paraná.

Ora! Se os preços estão internacionalizados, o que temos que reduzir é o preço dos insumos, é o preço do fertilizante, do herbicida, pagar um preço menor para o óleo diesel que se utiliza nos equipamentos agrícolas, nos tratores, nas colheitadeiras. É reduzir, acabar com os impostos de produtos agrícolas. E desta forma que vamos transferir renda para o produtor rural. Não é com discurso, com conversa mole, com conversa fiada de "Paraná 12 meses", não é com uma baboseira que se tem por aí, que vai se apoiar o pequeno e o médio agricultor. Não é colocando pedágios nas rodovias paranaenses que vai se conseguir reduzir o custo da produção, muito pelo contrário, vai onerar os produtores do nosso Estado.

Por isso, Líder do Governo, Vossa Excelência que sempre nesta Casa teve a coragem de defender esse Governo. Aliás é o único Deputado do Governo que tem a coragem de defender o Governo. Isso é uma prova de lealdade para com o Governador Jaime Lerner e ele tem que reconhecer essa sua posição. Companheiros nossos da Oposição, para nós esta campanha eleitoral será o momento fantástico para que possamos discutir o Paraná. Discutir o nosso futuro, encontrar verdadeiramente os caminhos e possamos desenvolver a nossa economia. E que possamos dar ao jovem que, quando conclui o 2º grau lá em Bituruna, por exemplo, a única opção que ele possui é de ir embora para União da Vitória, para Curitiba ou para qualquer outro lugar, pois não tem alternativas de emprego, de uma vida mais justa. Quando constatamos peças estatísticas do T.R.E. que no Paraná apenas 3% dos eleitores têm curso superior.

Que dados estarrecedores! Não é um Governo. Não são dois Governos! É uma responsabilidade de todos. Temos que mudar a realidade do nosso Estado. O Estado está desenvolvido economicamente, é verdade, é um Estado rico, mas com uma população pobre. Temos que inverter isso. Temos que mudar o vértice da pirâmide. E é só apoiando a pequena e média empresa; apoiando os pequenos municípios, a agricultura, desenvolvendo a agroindústria. Em Araucária, por exemplo que é uma região batateira, temos que trazer tecnologia. Temos que buscar instrumentos para melhorar o preço do produtor.

Temos que investir pesado nisso, pois é a única forma de termos um Paraná mais justo.

Por isso que tenho certeza absoluta que no dia 04 de outubro, Deputado Luiz Carlos Zuk, o seu candidato Roberto Requião ganhará as eleições e, certamente nesta Casa terá um grande apoio, porque sei que Vossa Excelência são sempre a favor dos projetos que visam desenvolver o nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Com a palavra a Liderança do PFL, do PL, do PSN, do PSDB, do PDT, do PPB.

Todos declinam.

Com a palavra a Liderança do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvi as palavras do Deputado Luiz Cláudio Romanelli e vi um entusiasmo meio pálido de quem está sentindo que a derrota já chegou.

Quando questionei o Deputado Luiz Cláudio Romanelli quanto a questão da agricultura e o seu posicionamento, tenho feito o contrário do que muitos têm feito.

Tenho feito perguntas nos municípios onde atuo politicamente para que cada cidadão faça a sua opção para a escolha de Governador em cima do que foi realizado entre o Governo anterior e o atual.

Procuro estabelecer um comparativo entre o Governo Jaime Lerner e o Governo Roberto Requião. Não tenho, na minha região principalmente, em quarenta municípios, não encontro obras ou algo que tenha sido realizado pelo Governo anterior, sem sombra de dúvida, tem se transformado numa verdadeira goleada as obras que foram realizadas pelo Governador Jaime Lerner e, não existe lembrança na mente da população algo que tenha sido realizado no Governo Requião.

Até tenho feito alguns desafios para que sejam citados obras que foram iniciadas no Governo anterior e terminadas no Governo anterior. A população tem encontrado muita dificuldade. Por isso, na nossa Região, nos municípios aonde eu atuo, sem dúvida nenhuma, a vitória já está consumada.

Quanto as questões dos números dos Pequenos Agricultores, quero dizer aqui de que não é necessário se abraçar com o Lula, para ser favorável à Reforma Agrária. O que é preciso sim é agir e o nosso Governo tem agido. Através das Vilas Rurais estamos assentando 17 mil famílias nesse Estado, tirando as famílias debaixo dos barracos de lona e colocando as famílias em casa que levam dignidade a elas.

Também estamos fazendo neste momento e poderíamos estar fazendo invés de 17 mil famílias, poderíamos já ter assentado 50 mil famílias, se não fosse o problema que nós tivemos na aprovação dos empréstimos e do programa que é o PARANÁ 12 MESES, que é voltado para o pequeno e médio agricultor.

Também estamos neste momento recuperando 20 mil casas no interior deste Estado, e que poderiam ser 100 mil casas sendo recuperadas a Fundo Perdido para aquele cidadão, que mora no interior, na área rural, que não tinha condições de lá permanecer por não ter uma casa que levasse dignidade a sua família.

Estamos entregando os recursos às famílias, as famílias estão recuperando as suas casas.

Estamos sim, dando os primeiros passos com o PARANÁ 12 MESES.

Mas, gastando apenas 10% dos 400 milhões de Reais que temos que gastar para o Pequeno e Médio Agricultor.

Poderíamos já ter gasto 200 milhões, mas infelizmente por forças estranhas não conseguimos realizar este sonho de todos os paranaenses.

Mas gostaria de citar aqui um fato, que é a questão do calcário subsidiado, que é um programa que nós estamos fazendo já pelo 4º ano consecutivo em todo o nosso Estado.

Estamos neste 4º ano de Governo, distribuindo calcário para os pequenos agricultores, 5 vezes mais que o Governo anterior. A única diferença que existe entre o nosso Governo e o Governo anterior é de que nós temos uma prática: "Melhor fazer do que fazer o discurso e explorar a miséria e as dificuldades da população".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Encerrado o Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 576/97, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Casa Familiar Rural de Manfrinópolis, com sede no Município de

Manfrinópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 064/98, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lidianópolis, com sede no Município de Lidianópolis e foro no Município de Ivaiporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sengés, parte do imóvel que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 147/98, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a ARCAE - Associação Regional "Companheiros do Amor Exigente", com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/98, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Vila São Carlos, com sede e foro neste município. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita "Luz do Oriente", com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/98, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação de Artesões de Foz do Iguaçu, com sede e foro naquele município. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/98, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de

Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, no Município de Nova Cantu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Sobre a mesa, requerimento nº 1332, de autoria do Sr. Deputado Paulo Gorski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1335, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1336, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1338, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1339, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1342, 1343 e 1351, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1346 e 1347, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1348, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1349, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1350, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/98.

Levanta-se a sessão.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 028, 162,
165, 184, 190 e 194/98.
